



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 às 16:29, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8005849: SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO
-005-2026 PL 22 - 2026**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8005849>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



SEGUNDA RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0 22/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O MUNICÍPIO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que será regida pela Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n. 4499/2025, LC 123/06, também atualizada, **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos do Município de Ibiã até o SENAI de Luzerna e cidade de Tangará**, conforme o Termo de Referência (anexo I).

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 04/03/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 04/03/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 04/03/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

UASG: 980920

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo) no valor unitário.

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã





ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã
– Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 OU (49) 92001-3328

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo I – Termo de Referência desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos do Município de Ibiã até o SENAI de Luzerna e cidade de Tangará**, conforme Anexo I- Termo de Referência deste Edital.

1.2. Os veículos deverão ter no máximo 10 (dez) anos de uso, sendo que, **veículos com fabricação inferior a dez anos serão classificados de dez em dez anos, com preferência sempre para veículos mais novos.**

2- PARTICIPAÇÃO





2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiã, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.





3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.





4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) **Preço unitário para o item e total** em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula**;
- b) **Especificações detalhadas** do objeto ofertado, consoante as exigências.
- c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;
- d) Fica estabelecido em **sessenta dias** o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.





5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





6.7. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.9. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

6.12. A proposta inicial deverá ser apresentada com valores unitários e totais por item, agrupados por item, conforme especificado no Termo de Referência.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.





7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.7- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.





7.10- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1 – Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observando exclusivamente as regras Art. Nº59 da Lei 14.133/2021, e verificará a habilitação da licitante.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 02 (duas) HORAS.

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão





serem enviadas no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

10 - HABILITAÇÃO

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:





10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial** e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) **Decreto de autorização** e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- f) Listade Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- g) Declaração da situação do fornecedor no SICAF;

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União;





- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Declaração Unificada (Anexo III);

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado, de forma satisfatória, serviço de transporte escolar ou atividade equivalente, com **volume mensal de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de quilômetros/mês previstos neste edital**, conforme item 1(um) do termo de referência. **Obs: O valor da contratação que está prevista no termo de referência é anual.**

Justificativa Técnica

A exigência de comprovação de, no mínimo, 50% do quantitativo de quilômetros mensais licitados justifica-se pela **necessidade de garantir que a licitante possua experiência operacional mínima compatível com a complexidade do objeto**, assegurando a prestação contínua, eficiente e segura do serviço de transporte escolar de estudantes, que envolve alto grau de responsabilidade social.





Tal exigência está amparada no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração Pública requerer comprovação de aptidão técnica proporcional ao objeto, vedada, contudo, a restrição indevida à competitividade. O percentual adotado (50%) é usualmente aceito pelos órgãos de controle como razoável, conforme jurisprudência consolidada do TCU e dos Tribunais de Contas Estaduais.

10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.4.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.4.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.





10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou Revogar a Licitação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

11.1 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema www.comprasnet.gov.br, juntamente com a proposta readequada. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.





11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO POR ITEM.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO POR ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;





12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.





14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.





15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 Como condição para firmar o contrato, a empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura os seguintes documentos:

16.1.1 DO VEÍCULO:

a) Certificado de registro e licenciamento dos veículos, regular e em dia com seus tributos junto aos órgãos competentes, que comprove a posse ou a disponibilidade para uso na





execução do contrato (mediante contrato de locação, comodato ou documento similar, com prazo de vigência compatível com o do contrato, ou declaração de disponibilidade).

b - Seguro obrigatório (DPVAT);

c - Apólice de seguro do veículo comprova a cobertura contra terceiros e apólice de seguro de APP (Acidentes Pessoais por Passageiros, com indenização mínima de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) por passageiro, em caso de acidentes, na prestação dos serviços Objeto, que indiquem danos morais, morte ou invalidez permanente) e RC (Responsabilidade Civil);

d - Comprovante do curso de motorista apto para o transporte de alunos nos termos das resoluções do CONTRAN em vigência, apresentando documento comprobatório;

e - Certificado técnico expedido pelo INMETRO que ateste a aptidão das condições do veículo para prestar os serviços; e

f - Laudo de vistoria emitido pelo DETER se for o caso, com a autorização para condução coletiva de escolares em relação à pessoa jurídica participante da presente licitação, para veículos que transitarem nas rodovias fazendo percursos intermunicipais.

g- Apresentação de Autorização para Transportes Coletivos Escolares concedida pelo DETRAN/SC, ou órgão que vier a substituí-lo. A Qual deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

h - Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial pelo DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo e expedirá documento





comprobatório de inspeção

16.2. A vencedora do certame tem até **10 (DEZ) dias uteis, após homologação e adjudicação para apresentação dos documentos exigidos para assinatura do contrato**, sem prorrogação de prazo para entrega dos mesmos.

16.3. O seguro dos passageiros contra acidentes pessoais é da competência do Contratado.

16.4. Dispositivos de Acessibilidade nos Veículos de Transporte Escolar

Nos termos da **Resolução CONTRAN nº 961/2022**, da **Lei Federal nº 13.146/2015** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e em consonância com o disposto no **art. 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988**, a(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) garantir **plena acessibilidade nos veículos utilizados para o transporte escolar, sempre que houver estudantes com deficiência, mobilidade reduzida ou qualquer outra necessidade específica de acessibilidade**.

A acessibilidade deverá observar, entre outros requisitos:

- A instalação de **elevadores, plataformas ou rampas de acesso** conforme o tipo e modelo do veículo, devidamente certificados;
- Espaço reservado, sinalizado e adaptado no interior do veículo para a acomodação de cadeira de rodas e dispositivos de segurança compatíveis;
- Cintos de segurança específicos para passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Apoio técnico para embarque e desembarque de alunos, quando necessário;
- Adoção de sinalização visual e tátil conforme as normas técnicas da ABNT (NBR 14022, NBR 9050 e demais aplicáveis).

A comprovação de atendimento aos requisitos de acessibilidade deverá ser apresentada **antes do início da execução contratual**, mediante laudo técnico ou vistoria emitida por órgão competente, sob pena de desclassificação ou rescisão contratual.





- Essa exigência será mantida caso haja passageiros com essa necessidade.
- Será exigido apenas quando formalmente solicitado, por aditivo operacional.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

17.2 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

Secretaria: Secretaria de Educação

Reduzido: 35

Detalhamento: 3390 3932 - Serviços de Transporte Escolar

Fonte: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar os serviços constantes do Anexo I, Termo de referência, com exatidão e zelo, atendendo as normas do presente Edital e Anexos e os termos da legislação vigente, responsabilizando integralmente pelos serviços contratados;
- b) Pessoa Jurídica que deverá atuar no ramo do objeto.
- c) Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;





- d) Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- e) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civil ou criminal;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

18.2 A Contratante obriga-se:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim.
- g) Para fiscalização do contrato fica responsável o **Gestor Sra. Loana A. Bonifácio**, Secretária Municipal de Educação, e como **fiscal Sr. Eliane M. Piovesan Recalcatti**.





19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.6. fraudar a licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar e





19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 20% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta





em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

19.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.





20.2 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.

20.3 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.4 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.

20.5- O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.

Ibiã – SC, 30 de janeiro de 2026.

20.6 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Prescrições Legais do Veículo e Condutor (CTB);

Anexo III- Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V - Minuta Contrato;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

CAMILO GATTI
PREFEITO MUNICIPAL

André Luiz Simioni
Procurador Geral do Município – OAB/SC 45.097





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme lei nº14.133/2021

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objetivo a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos do Município de Ibiã até o SENAI de Luzerna e cidade de Tangará**, conforme especificações e condições estabelecidas neste documento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TIPO DO ITEM (*)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Ibiã à SENAI Luzerna e vice versa. Veículo com capacidade mínima de 15 lugares. Com aproximadamente 90,6 kms diários.	Serviço	Quilômetro	18.120	R\$ 6,72	R\$ 121.766,40
2	Linha até Tangará. Contempla alunos universitários da UNOESC JOAÇABA. Veículo com capacidade mínima de 15 lugares. Com aproximadamente 27,4 km diários.	Serviço	Quilômetro	5.480	R\$ 7,20	R\$ 39.456,00
TOTAL: R\$ 161.222,40						

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO





A contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o acesso, a permanência e a regularidade da frequência de estudantes do Município em cursos de formação técnica, profissional e superior, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

O Município não dispõe de frota própria suficiente nem de motoristas vinculados à Secretaria Municipal de Educação para a execução direta, contínua e segura do transporte intermunicipal, o que tornaria inviável a prestação do serviço por meios próprios.

A contratação atende ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e garantia do direito fundamental à educação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na **terceirização** do serviço de transporte escolar intermunicipal, com execução contínua durante o período letivo, mediante a disponibilização de veículo regularizado e motorista habilitado, observadas as rotas, horários e itinerários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme o calendário dos cursos do SENAI.

A modalidade adotada é o **Pregão Eletrônico**, por se tratar de **serviço comum**, com especificações objetivas e amplamente ofertadas no mercado, visando ampliar a competitividade e selecionar a proposta mais vantajosa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, a ser executado de forma contínua durante o período letivo, conforme rotas, horários e frequência definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento e fiscalização da execução.

O veículo deverá estar devidamente regularizado, atender às normas do CONTRAN e DETRAN, apresentar condições adequadas de segurança, higiene e manutenção, bem como possuir capacidade compatível com o número de estudantes transportados. O serviço será prestado nos pontos de embarque e desembarque definidos pela Secretaria, abrangendo também os estudantes da Rede Estadual de Ensino do Município.





A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e regularidade jurídica, disponibilizar motorista habilitado, com curso específico para transporte escolar, manter o veículo segurado e garantir substituição imediata em caso de falhas operacionais.

Os veículos disponibilizados deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos de qualidade, segurança e conformidade legal:

1. Documentação e Regularidade

- Veículos devidamente licenciados, com documentação atualizada.
- Certificado de Registro e Licenciamento (CRLV) em dia.
- Autorização para transporte escolar emitida pelo órgão de trânsito competente.
- Seguro obrigatório (DPVAT) e seguro adicional para passageiros, quando exigido pelo município.

2. Condições Gerais do Veículo

- Veículos em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene.
- Carroceria alinhada, sem ferrugens, avarias estruturais ou improvisações.
- Portas, janelas, vidros, espelhos e travas funcionando adequadamente.
- Sistema de ar-condicionado ou ventilação eficiente (conforme exigência municipal).
- Assentos íntegros, limpos e sem rasgos.

3. Exigências de Segurança

- Cintos de segurança individuais para todos os passageiros.
- Extintor de incêndio dentro do prazo de validade.
- Saídas de emergência sinalizadas e desbloqueadas.
- Kit de primeiros socorros, conforme normas locais (quando exigido).
- Tacógrafo aferido e em funcionamento.
- Pneus em boas condições, incluindo estepe.
- Sistema de freios, suspensão e direção revisados periodicamente.

4. Identificação do Veículo Escolar

- Pintura amarela com faixa horizontal preta com o texto “ESCOLAR”, conforme Resolução CONTRAN nº 9/1998 e atualizações.
- Faixas refletivas conforme norma vigente.
- Lanternas, faróis e iluminação interna funcionando adequadamente.
- Logomarca do Município ou da Secretaria de Educação, quando solicitado.

5. Acessibilidade (quando aplicável)

- Veículos destinados ao transporte de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida devem possuir:
 - o Plataforma elevatória ou rampa;
 - o Espaço reservado para cadeira de rodas;





- o Cintos de segurança específicos;
- o Dispositivos de ancoragem conforme norma.

6. Manutenção e Limpeza

- Apresentar cronograma de manutenção preventiva.
- Veículos limpos diariamente, especialmente assentos, corrimãos e piso.
- Proibição de transportar materiais estranhos ao serviço.

7. Inspeção Periódica

- Submeter-se à inspeção de segurança veicular semestral, conforme exigência do DETRAN ou normas municipais.
- Apresentação de laudo de inspeção atualizado antes do início do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado consistirá na prestação dos serviços de transporte escolar, mediante a disponibilização de veículos adequados, motoristas habilitados e atendimento integral às normas de segurança previstas na legislação aplicável. Os serviços serão prestados de forma contínua durante o período letivo, conforme calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação.

1. Prestação dos Serviços

A contratada deverá executar o transporte dos estudantes em rotas previamente definidas pela Secretaria de Educação.

2. Veículos

Os veículos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, equipados e identificados como transporte escolar, atendendo às exigências do CONTRAN, DETRAN e demais normas aplicáveis. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, limpeza, abastecimento e demais providências necessárias ao pleno funcionamento dos veículos.

3. Motoristas

Os motoristas devem possuir habilitação compatível com o veículo, curso específico exigido para transporte escolar e experiência comprovada. A contratada deverá garantir que os condutores cumpram as rotas e horários estabelecidos, observem as normas de segurança e mantenham conduta adequada no trato com os estudantes e servidores da Secretaria.





4. Controle e Fiscalização

A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, que poderá emitir orientações, solicitar ajustes e determinar alterações de rotas quando necessário. A contratada deverá atender prontamente às solicitações e apresentar relatórios ou documentos que comprovem a execução regular das atividades.

5. Segurança e Responsabilidade

A contratada deverá zelar pela segurança dos estudantes durante todo o deslocamento, cumprindo rigorosamente as normas de trânsito e os padrões de segurança do transporte escolar. É de sua responsabilidade adotar todas as medidas necessárias para prevenir acidentes e garantir a integridade física dos usuários.

6. Continuidade do Serviço

A contratada deve assegurar a continuidade e a estabilidade da prestação dos serviços durante todo o contrato, mantendo veículos e motoristas disponíveis, inclusive para reposição imediata em casos de falhas mecânicas, afastamentos ou situações emergenciais.

6. MODELO DE GESTÃO E CONTRATO

Conforme Art. 117 na Lei 14.133/21 Para fiscalização do serviço solicitado e o contrato fica responsável:

Fiscal: Eliane Piovesan Recalcatti;

Gestor: Loana Ap. Bonifácio da Silva;

Anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da lei n. 14.133/2021.





O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PAGAMENTO.

O pagamento será realizado após a liquidação da NF seguirá a ordem de pagamento no Decreto nº 4499/2025.

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.





Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR





A escolha da empresa fornecedora será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, em sessão pública virtual, observando-se integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas correlatas e disposições contidas no edital e seus anexos.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preços foi elaborada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em:

- Pesquisas em fornecedores;
- Contratações anteriores;
- Painéis de preços de órgãos públicos;
- Banco de preços do governo federal.

Valor estimado total da contratação: R\$ 161.222,40, (cento e sessenta e um mil duzentos e vinte e dois reais de quarenta centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: Secretaria de Educação

Reduzido: 35

Detalhamento: 3390 3932 - Serviços de Transporte Escolar

Fonte: 1500 Recursos não vinculados de Impostos

11. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

Ibiã 30 de janeiro de 2026.

Flávia Araldi Zardo

Diretora de Departamento de Licitações e Contratos

Loana Bonifácio
Secretário Municipal de Educação





ANEXO II

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0022/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PRESCRIÇÕES LEGAIS DO VEÍCULO E CONDUTOR (CTB)

Em conformidade com os artigos 136, incisos I a VII, 137, 138, incisos I a V, e 329 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), o objeto contratual deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes exigências legais:

1. Veículos destinados ao transporte escolar (CTB, art. 136, I a VII):

Os veículos utilizados deverão atender aos seguintes requisitos:

- I – registro como veículo de passageiros;
- II – pintura de faixa horizontal na cor amarela com a inscrição “ESCOLAR” em preto, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria;
- III – equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação e os estabelecidos pelo CONTRAN para veículos escolares;
- IV – lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas na parte superior dianteira e traseira da carroceria;
- V – cintos de segurança em número igual à lotação;
- VI – tacógrafo devidamente regulamentado;
- VII – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

2. Identificação do veículo (CTB, art. 137):

A identificação do veículo utilizado para o transporte escolar deve ser feita com base na regulamentação do CONTRAN, sendo vedada sua substituição sem prévia autorização do órgão competente.

3. Condutores dos veículos (CTB, art. 138, I a V):

Os condutores responsáveis pela prestação dos serviços devem atender aos seguintes requisitos:

- I – ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- II – ser habilitado na categoria “D”;
- III – não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 meses;
- IV – ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;





V – apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, comprovando idoneidade moral.

4. Cumprimento da legislação de trânsito (CTB, art. 329):

É obrigatório o cumprimento de todas as normas e disposições do Código de Trânsito Brasileiro e sua regulamentação, inclusive as Resoluções do CONTRAN que complementem ou detalhem os dispositivos legais mencionados, sendo responsabilidade do contratado garantir a regularidade dos veículos e condutores durante toda a vigência.





ANEXO III

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0022/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

INSC. ESTADUAL:.....

ENDEREÇO:.....

E-MAIL:.....

TELEFONE;

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:.....

Item	Especificações	Unidade de medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Total Geral:

Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: _____

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ/MF nº, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
(*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

• Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

• Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

• Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

• Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou

responsável pela licitação;





- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).
....., Portador(a) do RG sob nº
..... e CPF nº, cuja
função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
- Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: Banco:
..... Agência:.....
- Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:
- E-mail: _____
- Telefone: () _____
- Cidade: Bairro:..... Rua:..... nº CEP:.....





- Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados

anteriormente fornecidos

- Nomeamos e constituímos o senhor(a) , portador(a) do CPF/MF sob n.º , para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

.....,, de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa





ANEXO V

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. /2026

PROCESSO LICITATÓRIO N. 022/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 005/2026

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Agostini de Carvalho, 20, nesta cidade de IBIAM/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, CAMILO MINOSSO GATTI, resolvem registrar o(s) preço(s) da empresa: xxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx: nº xxx, Centro, no Município de xxxxx, Estado de xxxxxx, devidamente representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada simplesmente de Contratada para fornecimento do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 088/2025, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1.1.** O presente Contrato tem por objetivo:

Conforme os itens relacionados de acordo com tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	TOTAL			

1.2. A critério da administração poderá ser criada uma comissão para vistorias regulares dos veículos.

1.3. Forma de execução:

1.3.1. O serviço, objeto deste edital, deverá ser prestado de acordo com itinerário da linha, com início em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.





1.3.2. A contratada deverá fornecer os dados do motorista que conduzirá o veículo durante a execução do contrato. Havendo alteração de motorista, deverá comunicar e encaminhar os documentos ao setor de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação.

1.3.3. A contratada poderá, em caso de problemas, substituir temporariamente o veículo previamente destinado ao serviço, por outro, em condições melhores ou iguais aos do primeiro, devendo comunicar a ocorrência à Secretaria Municipal de Educação no prazo de até 48 horas. Caso a substituição seja por prazo superior a 10 dias, deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação a documentação prevista no edital.

1.3.4. A Contratada estará sujeita à fiscalização que poderão ser efetuadas pela Administração em qualquer tempo, ou também, pelo **DETRAN** na vistoria geral dos veículos para que estejam em perfeitas condições de uso.

1.3.5. A contratada deverá observar sempre que o embarque e desembarque de alunos deve ocorrer nos locais pré-determinados, sob pena de rescisão contratual e multa de 1% do valor do contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ xxxx (xxx)**, correspondente à prestação dos serviços objeto deste ajuste durante todo o período de vigência contratual.

2.2. O preço mensal a ser pago à **CONTRATADA** será apurado de forma proporcional aos serviços efetivamente executados no respectivo período, conforme medição realizada pelo fiscal do contrato, observados os critérios técnicos, quantitativos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo.





2.3. O pagamento mensal ficará condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente acompanhada do relatório dos serviços prestados no mês de referência e do atesto do fiscal do contrato, respeitado, em qualquer hipótese, o limite do valor global contratado.

2.4. Na hipótese de execução parcial dos serviços no mês considerado, o valor mensal será calculado proporcionalmente à execução comprovada, vedado o pagamento por serviços não prestados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado conforme Decreto Municipal nº 4499/2025, subsequente à prestação do serviço, mediante emissão e apresentação de documento fiscal ou equivalente, o qual deve ser encaminhado para o e-mail educa@ibiam.sc.gov.br, ou para o e-mail designado na solicitação de fornecimento, acompanhado de relatório dos serviços prestados, confirmando que todo o processo foi realizado, devidamente assinado pelo responsável da contratada e pelo secretário municipal, sendo que o gestor e o fiscal do contrato serão nomeados pela secretaria demandante, conforme designação neste Processo.

3.2. Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 125 da lei 14.133/2021.

3.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

3.4. Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como do Pregão e o número da conta bancária da empresa.





3.5. O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br ou educa@ibiam.sc.gov.br para seu devido pagamento.

3.6. Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, este será retido para posterior recolhimento e tal valor deverá ser destacado na nota fiscal conforme a legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

4. CLÁSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

4.1. Todas as despesas referentes à realização dos serviços, incluindo produtos, mão de obra e deslocamentos serão por conta da **CONTRATADA**, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

4.2. A não realização dos serviços dentro do prazo, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.3. A realização dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

4.4. Em hipótese alguma serão aceitos serviços em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da **CONTRATADA**, o controle de qualidade do fornecimento é de sua responsabilidade, bem como visando a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade.

4.5. A quantidade de pessoas a serem transportadas e a quilometragem são passíveis de alterações para menor ou para maior, conforme a necessidade das áreas requisitantes.

4.6. O veículo deve estar devidamente licenciado para esta finalidade, atender as exigências do SIE antigo DETER/SC, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/ DENATRAN e Portaria nº 1844/DETRAN/ASJUR/2016, bem como demais legislações em vigor.





4.7. Os veículos deverão cumprir todas as exigências de segurança e transporte exigido pelos órgãos competentes.

4.8. Os veículos a serem utilizados para efetuar os transportes deverão estar devidamente vistoriados, totalmente limpos e em excelente estado de conservação e segurança.

4.9. Deve possuir cinto de segurança, extintor válido e estar em excelente estado de conservação, com toda a documentação em dia e com o seguro específico para o transporte de passageiros.

4.10. Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da empresa citada, tais como combustíveis, lubrificantes, limpeza, manutenção dos veículos, taxas, impostos, pedágios, alimentação e hospedagem dos motoristas, seguros obrigatórios, encargos trabalhistas e previdenciários e outros.

4.11. Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial PELO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo e expedirá documento comprobatório de inspeção.

4.12. O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a **CONTRATADA** será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

I – Fornecer à **CONTRATADA** todas as informações necessárias à correta execução do objeto, especialmente quanto às rotas, horários, pontos de embarque e desembarque e demais orientações operacionais;





II – Emitir a Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento para início da execução contratual;

III – Acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

IV – Atestar os serviços efetivamente prestados, para fins de pagamento, após verificação da conformidade com as condições contratuais;

V – Efetuar o pagamento devido à **CONTRATADA**, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;

VI – Comunicar formalmente à **CONTRATADA** quaisquer alterações necessárias na execução dos serviços, respeitados os limites legais e contratuais;

VII – Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIÇOS

6.1. A contratada ficará obrigada a fornecer os serviços, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

6.2. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

6.3. Comunicar à fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços em parte ou no todo.

6.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.





6.5. Efetuar periodicamente, a manutenção dos veículos ou quando o CONTRATANTE solicitar.

6.6. Comunicar ao servidor responsável pela execução do contrato qualquer problema ocorrido nas rotas do transporte.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual, pode ser concedido reajuste dos valores propostos pela Licitante Vencedora até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

7.2. O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos doze meses da data de protocolo das propostas e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

7.3. O Contrato terá vigência de 12(doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **CONTRATANTE**, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, consoante estabelecido no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, atualizada.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para pagamento do objeto do presente Contrato estarão garantidos através das dotações orçamentárias:

Manutenção do Transporte Escolar

Reduzido: 25

Fonte: 1500

1550

1553

1571





Detalhamento: 33903926 – serviços de transporte escolar

Ensino Superior

Reduzido: 29

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903926 – serviços de transporte escolar

Apoio a Educação Especial

Reduzido: 37

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903926 – serviços de transporte escolar

9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

9.1. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Como Gestor e fiscal deste contrato o município designa os servidores Sra. Loana Bonifácio, Secretária Municipal de Educação(gestor), e Sr. Rodrigo Perosa (fiscal), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em





corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei n. 14.133/2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em conformidade com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada na execução dos serviços de transporte escolar poderá ensejar, garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

I – Advertência, por escrito, nos casos de descumprimento de obrigações contratuais de menor gravidade, sem prejuízo direto à regularidade da prestação do serviço;

II – Multa, nos seguintes termos:

Multa moratória: de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, limitada a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

Multa compensatória: de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando a contratada incorrer em condutas como:

a) descumprimento reiterado dos horários e rotas estabelecidos;





- b) utilização de veículos em condições inadequadas ou sem a devida regularização;
- c) comportamento inidôneo ou fraude na execução contratual;
- d) recusa injustificada em executar o objeto após a adjudicação;
- e) falhas graves que comprometam a segurança e integridade dos alunos transportados.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a confiança da Administração na atuação da contratada, notadamente quando houver risco à vida e integridade dos usuários do serviço.

§1º – Da Reincidência

A reincidência na prática da mesma infração contratual poderá acarretar o agravamento da penalidade, inclusive a aplicação de sanção mais severa do que a anteriormente aplicada, respeitando-se a gradação prevista nesta cláusula, conforme o princípio da proporcionalidade.

§2º – Dos Critérios Objetivos de Avaliação do Serviço

Para fins de fiscalização e eventual aplicação de penalidades, serão considerados os seguintes critérios objetivos de desempenho contratual:

- a) Pontualidade: cumprimento rigoroso dos horários definidos para cada rota;
- b) Regularidade: prestação contínua e sem interrupções indevidas dos serviços;
- c) Condições dos veículos: apresentação periódica de laudos de vistoria, higienização, conforto e segurança exigidos pela legislação de trânsito e normas sanitárias;
- d) Documentação: manutenção da regularidade da documentação dos veículos e condutores (CNH, certidões, seguros obrigatórios etc.);





e) Atendimento aos usuários: tratamento cortês e adequado aos estudantes e responsáveis, bem como ausência de reclamações formais recorrentes;

f) Comunicação: notificação prévia, com antecedência mínima de 24h, sobre qualquer impossibilidade de cumprimento das rotas, salvo em casos fortuitos ou de força maior.

11.2. A verificação do cumprimento dos critérios será realizada por comissão designada ou setor competente da Administração, com base em relatórios de fiscalização, registros de ocorrência e reclamações formalmente apuradas.

§3º – Disposições Finais

As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

As sanções dos incisos III e IV poderão ser registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o caso.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração, sendo seu valor descontado de quaisquer valores devidos à contratada ou, se necessário, cobrado judicialmente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1. O presente contrato está vinculado, ao processo licitatório 212/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº 088/2025, obrigando-se o **FORNECEDOR** de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





12.2. O FORNECEDOR obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

12.3. O FORNECEDOR declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

13.2. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3. O fornecedor signatário deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

relativas ou resultantes do presente ajuste. E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiã, xx de xxxxxx de 2026.

Camilo César Minosso Gatti
Prefeito Municipal –
CONTRATANTE

Empresa:
CNPJ:
CONTRATADA





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____



Assinantes

**Camilo Cezar Minosso Gatti**

Assinou em 13/02/2026 às 15:59:42 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI com o CPF ***.038.089-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Camilo Cezar Minosso Gatti, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**ANDRE LUIS SIMIONI**

Assinou em 13/02/2026 às 16:26:41 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ANDRE LUIS SIMIONI com o CPF ***.503.139-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, ANDRE LUIS SIMIONI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

XO7**Q8D****1MK****Z40**